

RELATÓRIO INTERNO/Nº 06
COORDENADORIA REGIONAL / RJ

Conseqüências de Longo Prazo do Trabalho Precoce

Ricardo Paes de Barros
Eleonora Cruz Santos

JULHO DE 1991

ipea
INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

RELATÓRIO INTERNO/Nº 06

COORDENADORIA REGIONAL / RJ

Conseqüências de Longo Prazo do Trabalho Precoce

Ricardo Paes de Barros
Eleonora Cruz Santos

JULHO DE 1991

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA
é uma Fundação vinculada ao Ministério da Economia,
Fazenda e Planejamento

PRESIDENTE

Roberto Brás Matos Macedo

DIRETOR TÉCNICO

Lúscio Fábio de Brasil Camargo

DIRETOR TÉCNICO ADJUNTO

Marcos Reginaldo Panariello

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Renato Moreira

COORDENAÇÃO DE DIFUSÃO TÉCNICA E INFORMAÇÕES

Antonio Emílio Sendim Marques

COORDENADOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA

Adelina Teixeira Baena Paiva

COORDENADOR DE POLÍTICA INDUSTRIAL E TECNOLÓGICA

Luis Fernando Tironi

COORDENADOR DE POLÍTICA MACROECONÔMICA

Eduardo Felipe Ohana

COORDENADOR DE POLÍTICA SOCIAL

Luiz Carlos Eichenberg Silva

COORDENADOR REGIONAL DO RIO DE JANEIRO

Ricardo Varsano

Tiragem: 80 exemplares

DIVISÃO DE EDITORAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Brasília:

SGAN Q. 908 - MÓDULO E - Cx. Postal 040013

CEP 70.312

COORDENAÇÃO REGIONAL DO RIO DE JANEIRO

Av. Presidente Antônio Carlos, 51 - 13º ao 17º andares

CEP 20.020

CONSEQÜÊNCIAS DE LONGO PRAZO DO TRABALHO PRECOCE*

Ricardo Paes de Barros**

Eleonora Cruz Santos***

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO
2. OBJETIVOS
3. RESULTADOS
 - 3.1 TRANSMISSÃO DA POBREZA
 - 3.2 CONSEQÜÊNCIAS DO TRABALHO PRECOCE
 - 3.3 EDUCAÇÃO DOS PAIS E O TRABALHO PRECOCE
 - 3.4 CONTRIBUIÇÃO DO TRABALHO PRECOCE À TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL DA POBREZA
4. CONCLUSÕES
5. BIBLIOGRAFIA

* Gostaríamos de agradecer a Jaime Pontes pelo excelente suporte computacional à execução deste trabalho e a Ruben Cervini pelas diversas críticas e comentários. Gostaríamos também de agradecer ao suporte financeiro da UNICEF.

** Do IPEA-Rio

*** Mestranda do CEDEPLAR/UFMG

1. INTRODUÇÃO

O trabalho precoce¹ tem sido apontado como sendo um dos mecanismos de transmissão intergeracional da pobreza. Argumentos nesse sentido baseiam-se, necessariamente, em duas relações causais: primeiro, que a pobreza familiar é uma das causas da entrada precoce de menores no mercado de trabalho, e segundo, que a entrada precoce no mercado de trabalho é uma das causas da pobreza futura desses menores.

Com respeito à primeira relação já existe hoje no Brasil um grande número de trabalhos² que, quer com base nos Censos Demográficos, quer com base nas PNAD, claramente evidenciam uma associação inversa entre recursos familiares e participação dos menores no mercado de trabalho.

Com relação à segunda, em contraposição à primeira, não parece existir nenhuma evidência direta de que o trabalho precoce induza menores rendimentos no futuro. Toda evidência existente nesse caso é indireta. De fato, encontra-se bem documentado que o trabalho precoce está inversamente associado à frequência escolar,³ e que escolaridade e renda estão estreitamente relacionados.

A evidência de que trabalho precoce está inversamente associado à frequência escolar só é relevante na medida em que: a) trabalho precoce seja a causa da não frequência escolar; e, b) que o trabalho precoce exerça influência sobre o grau de escolaridade finalmente atingido (ou seja, o último nível escolar que um indivíduo tenha alcançado).

Com relação à primeira associação, pode ocorrer que o sentido da

¹Nessa nota considera-se trabalho precoce como a participação de pessoas com menos de 17 anos no mercado de trabalho.

²Ver, por exemplo, IPEA/UNICEF (1990), IBGE/UNICEF (1988, 1989a, 1989b, 1990), Zylberstajn et alii (1985), Calsing et alii (1985), Barros e Mendonça (1990a e 1990b).

³Ver, por exemplo, IPEA/UNICEF (1990), IBGE/UNICEF (1988, 1989a, 1989b, 1990), Zylberstajn et alii (1985), Calsing et alii (1985).

causalidade seja inversa, ou seja, que a não-frequência escolar seja a causa do trabalho precoce. Pode estar ocorrendo que as famílias mais pobres estejam optando por não enviarem seus filhos à escola, e por engajá-los precocemente na força de trabalho, por entenderem que o ensino seja de baixa qualidade e que, por conseguinte, pouco ou nada influiria quanto à qualidade profissional dos filhos. Nesse caso não há ganhos futuros em retardar a entrada no mercado de trabalho.

E, com relação à segunda associação a idéia básica é a de que trabalhar hoje pode ser um importante determinante de estudar amanhã, seja porque a renda adquirida pode servir para arcar os custos com a educação,⁴ seja porque há a percepção da relevância que a educação tem sobre o trabalho. Em suma, é possível que trabalho e estudo sejam atividades incompatíveis, porém complementares intertemporalmente. Nesse caso, a relação entre essas duas atividades, em um ponto no tempo, pode ser extremamente enganosa da verdadeira relação entre essas atividades ao longo do ciclo de vida das pessoas.

Assim, o aprofundamento da visão do trabalho precoce como um dos mecanismos de transmissão intergeracional da pobreza requer que as conseqüências do trabalho precoce, tanto sobre o rendimento na idade adulta, quanto sobre o grau de escolaridade finalmente atingido sejam investigadas diretamente.

Ao estudarmos as conseqüências do trabalho do menor sobre o nível de renda e o grau de instrução finalmente atingidos, devemos nos ater ao fato de que estas conseqüências possam ser bastante diferenciadas segundo o nível dos recursos familiares "disponíveis" àqueles menores que estejam engajados na força de trabalho.

Por um lado, ao trabalharmos com recursos familiares diferenciados é importante salientar que o trabalho precoce só se caracteriza como um mecanismo transmissor da pobreza quando nos limitamos às famílias caracteristicamente pobres. Por outro lado, é possível que, exatamente por terem boas oportunidades de estudo e de emprego futuro, o trabalho precoce

⁴Além disso, a renda gerada pode "abrir" uma opção de escolha por ensino de melhor qualidade, o que não era anteriormente viável.

tenha sérias conseqüências para crianças de famílias não-pobres, e que as conseqüências do trabalho precoce sobre as crianças pobres sejam irrisórias, dada a ausência de oportunidades de boas escolas e empregos futuros. Nesse caso, o trabalho precoce não é um dos mecanismos de transmissão intergeracional da pobreza.

2. OBJETIVOS

O objetivo desse trabalho é preencher essa "lacuna", com base em informações provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, relativa ao ano de 1982. A PNAD-82 é particularmente útil, pois contém informações retrospectivas, para cada adulto integrante da força de trabalho, sobre a idade em que começou a trabalhar, bem como o nível educacional de seus pais. O universo da análise foi restrito aos homens ocupados com idade entre 35 e 45 anos, residentes em alguma das 10 Regiões Metropolitanas investigadas pela PNAD.⁵ A amostra da PNAD-82 relativa a esse universo é de cerca de 10 mil observações.⁶

Com base nessa amostra, investigamos quatro tópicos inter-relacionados. Primeiro, estimamos, com base nas informações usadas no âmbito deste trabalho, um indicador da magnitude da transmissão intergeracional da pobreza. Isso foi realizado estimando-se a relação entre o nível educacional do pai e o rendimento do trabalho⁷ e a escolaridade atingida pelo indivíduo⁸ (filho). Usamos como indicador da escolaridade atingida por um grupo de indivíduos a proporção desses que completaram ao menos uma série do secundário.

Em segundo lugar, procuramos obter evidências diretas de que o trabalho precoce tem, de fato, efeitos deletérios de longo prazo. Essa é, das duas

⁵As Regiões Metropolitanas são: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre.

⁶O número exato dessa amostra é de 11.772 observações. Esse total se reduz a 9.662 quando observações com informações incompletas são eliminadas da amostra.

⁷Considerou-se o rendimento em todos os trabalhos que o indivíduo tivesse na época da pesquisa.

⁸O indivíduo é considerado como o homem que começou a trabalhar na menoridade e está situado, hoje, no grupo etário de 35 a 45 anos de idade.

"condições causais" necessárias para a caracterização do trabalho precoce como um dos veículos de transmissão intergeracional da pobreza, a menos estudada, e, portanto, o foco central deste trabalho. Especificamente, estimamos as relações entre a idade em que o indivíduo começou a trabalhar e o rendimento em idade adulta e a escolaridade finalmente atingida. Cada uma dessas duas relações foi estimada, primeiro, sem controles e depois controlando-se pela educação do pai, e pela idade e região atual de residência do indivíduo. Estimamos também essas duas relações restringindo-se o universo de análise àqueles indivíduos cujos pais não possuíam nenhuma escolaridade. O objetivo é obter indicações diretas sobre em que medida as conseqüências de longo prazo do trabalho precoce são diferenciadas de acordo com a educação dos pais. É importante lembrar que uma condição necessária para que o trabalho precoce seja um mecanismo de transmissão da pobreza é que ele tenha conseqüências de longo prazo, não sobre as crianças em geral, mas sim sobre crianças nascidas em domicílios pobres.

Em terceiro lugar, investigamos a outra condição necessária para que o trabalho precoce seja um dos veículos da transmissão intergeracional da pobreza. Estimamos em que medida o nível educacional do pai, e portanto, o nível de renda familiar, de fato influencia a idade em que os indivíduos começaram a trabalhar. Essa parte nos dá uma estimativa da relação, já bastante investigada, entre pobreza e trabalho precoce, com base em quesitos retrospectivos, que é uma perspectiva nunca antes utilizada para estimar essa relação.

Finalmente, com base nas duas últimas análises, estimamos qual a contribuição do trabalho precoce à transmissão intergeracional da pobreza. Em síntese, essa estimativa baseia-se em simular "em quanto o diferencial de renda entre indivíduos cujos pais tinham níveis educacionais distintos seria reduzido se a propensão ao trabalho precoce fosse igual para todos, e não maior entre aqueles cujos pais são menos escolarizados".

3. RESULTADOS

3.1 - Transmissão da Pobreza

Os resultados apresentados na Tabela 1 indicam um elevado grau de transmissão intergeracional da pobreza. Indivíduos cujos pais tinham o ensino elementar completo têm um nível médio de rendimento cerca de quatro vezes superior àqueles cujos pais eram analfabetos.

Quanto à escolaridade,⁹ tem-se que, a probabilidade de ingresso no segundo ciclo (ensino secundário) é cerca de 60 pontos percentuais maior entre indivíduos cujos pais completaram pelo menos o ciclo elementar (primeiro ciclo) do que entre aqueles cujos pais eram analfabetos.

Tabela 1 - Rendimento no Trabalho¹ e Escolaridade² dos Homens
Entre 35 e 45 Anos Segundo o Nível Educacional do Pai — Brasil, 1982

Nível Educacional do Pai	Rendimento		Escolaridade	
	Com Contr. ³	Sem Contr.	Com Contr.	Sem Contr.
Nenhum (Analfabeto)	3.3	3.3	0.08	0.08
Elementar Incompl.	5.4	6.3	0.27	0.27
Elementar Completo	11.9	11.8	0.69	0.68

Notas: 1) Rendimento no trabalho inclui o rendimento em todos os trabalhos e está medido em múltiplos de salário mínimo.

2) Escolaridade é medida pela probabilidade de se ter completado pelo menos uma série do ensino secundário.

3) As variáveis de controle são idade atual e região de residência.

3.2 - Conseqüências do Trabalho Precoce

A Tabela 2 e os Gráficos 1 e 2 confirmam a crença generalizada de que o trabalho precoce tem efeitos deletérios sérios, de longo prazo, tanto sobre o

⁹ Lembre-se que, a escolaridade é medida pela probabilidade de se ter completado pelo menos uma série do ensino secundário.

nível dos rendimentos quanto sobre a escolaridade finalmente atingida em idade adulta. A magnitude desses efeitos é atenuada quando são incluídos controles para educação do pai, idade atual e região de residência, muito embora os efeitos ainda se mostrem significativos; é importante ressaltar que, de toda forma, os efeitos permanecem significativos.

No entanto, a Tabela 3 e os Gráficos 1 e 2 indicam que esses efeitos, embora importantes para os menores em geral, são bastante reduzidos se limitarmos a análise àqueles indivíduos cujos pais eram analfabetos. Esse resultado indica que, apesar do trabalho precoce ter, em geral, importantes conseqüências de longo prazo, essas conseqüências parecem não estar presentes entre os pobres e, portanto, não corroboram com a noção de que trabalho do menor seja um veículo de transmissão intergeracional da pobreza.

Tabela 2 - Rendimento no Trabalho¹ e Escolaridade² dos Homens
Entre 35 e 45 Anos Segundo a Idade Que Começaram a Trabalhar

— Brasil, 1982

Idade Que Começou a Trabalhar	Rendimento		Escolaridade	
	Com Contr. ³	Sem Contr.	Com Contr.	Sem Contr.
5 a 7	5.1	4.5	0.19	0.12
8 a 9	5.1	4.3	0.22	0.15
10 a 11	4.8	4.4	0.23	0.18
12 a 13	5.7	5.3	0.31	0.27
14	6.9	7.3	0.38	0.42
15 a 16	7.0	7.5	0.40	0.45
> 17 ⁴	10.4	13.2	0.53	0.70

- Notas: 1) Rendimento no trabalho inclui o rendimento em todos os trabalhos e está medido em múltiplos de salário mínimo.
2) Escolaridade é medida pela probabilidade de se ter completado pelo menos uma série do ensino secundário.
3) As variáveis de controle são idade atual, região de residência e o nível educacional do pai.
4) Indivíduos que entraram no mercado de trabalho após os 26 anos foram eliminados da amostra.

Tabela 3 - Rendimento no Trabalho¹ e Escolaridade² dos Homens Entre 35 e 45 Anos Segundo a Idade Que Começaram a Trabalhar Entre Indivíduos Cujos Pais Eram Analfabetos — Brasil, 1982

Idade Que Começou a Trabalhar (Anos)	Rendimento		Escolaridade	
	Com Contr. ³	Sem Contr.	Com Contr.	Sem Contr.
5 a 7	3.1	3.3	0.04	0.04
8 a 9	2.9	3.0	0.04	0.05
10 a 11	3.0	3.0	0.07	0.07
12 a 13	3.2	3.1	0.07	0.07
14	4.1	4.1	0.12	0.13
15 a 16	3.2	3.2	0.08	0.08
> 17 ⁴	4.4	4.3	0.19	0.21

- Notas: 1) Rendimento no trabalho inclui o rendimento em todos os trabalhos e está medido em múltiplos de salário mínimo.
 2) Escolaridade é medida pela probabilidade de se ter completado pelo menos uma série do ensino secundário.
 3) As variáveis de controle são idade atual e região de residência.
 4) Indivíduos que entraram no mercado de trabalho após os 26 anos foram eliminados da amostra.

Gráfico 1
Conseqüência do Trabalho Precoce
Sobre a Renda

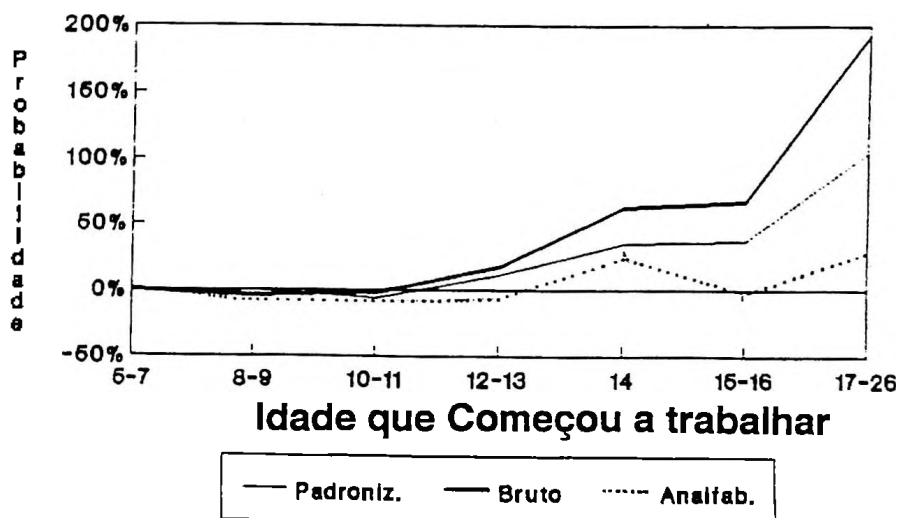
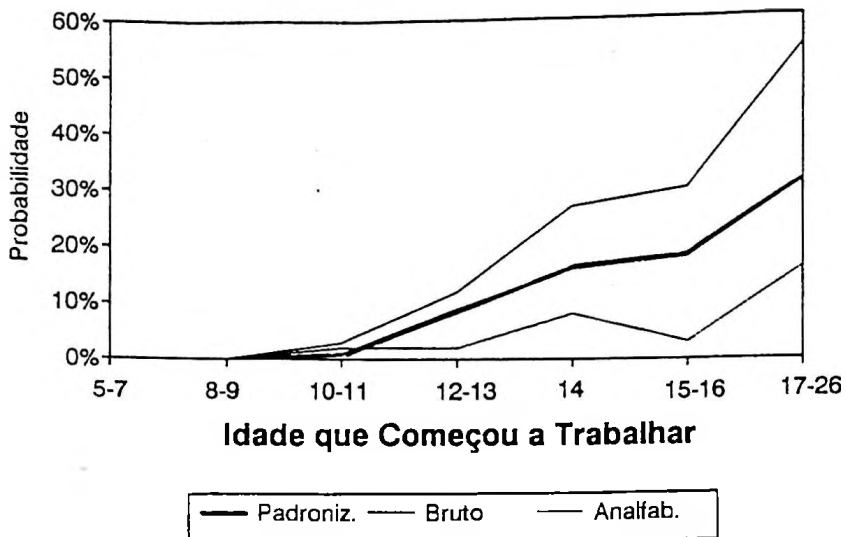


Gráfico 2

Conseqüência do trabalho Precoce Sobre a Probabilidade de Completar o Elementar



3.3 - Educação dos Pais e o Trabalho Precoce

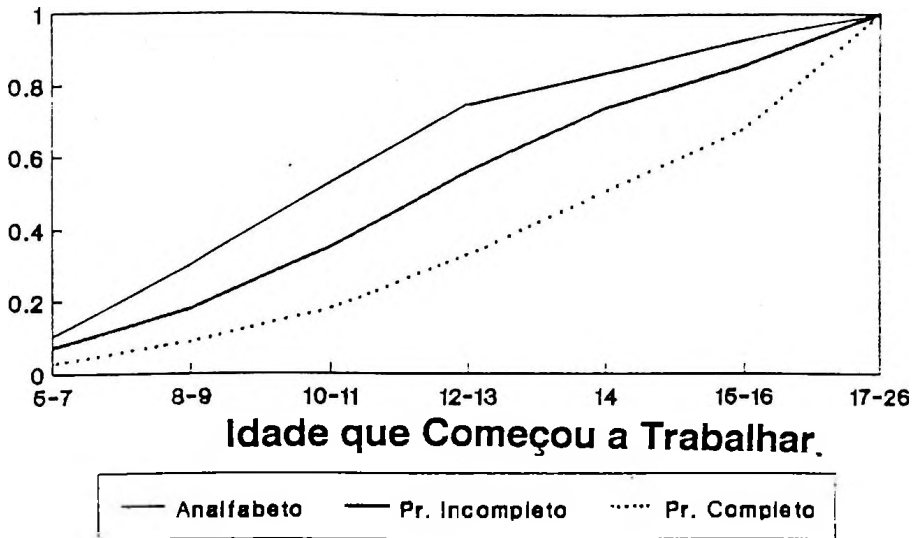
A Tabela 4 e o Gráfico 3 demonstram que, de fato, existe uma relação extremamente forte entre a idade em que o indivíduo começa a trabalhar e o nível educacional de seu pai. Por exemplo, a proporção de menores que começaram a trabalhar aos 14 anos, ou antes, é de 33 pontos percentuais mais elevada entre aqueles cujos pais eram analfabetos, do que entre aqueles cujos pais tinham ao menos o primário completo.

Tabela 4 - Distribuição Acumulada da Idade Que os Indivíduos
Começaram a Trabalhar Segundo o Nível Educacional dos Pais
Brasil, 1982

Proporção Começou Trabalhar com Idade Menor ou Igual a	Analfabeto		Primário Inc.		Primário Comp.	
	Com ¹	Sem	Com	Sem	Com	Sem
7	0.10	0.10	0.07	0.07	0.03	0.03
9	0.30	0.30	0.18	0.18	0.09	0.09
11	0.53	0.52	0.35	0.35	0.18	0.18
13	0.75	0.75	0.56	0.56	0.33	0.33
14	0.84	0.84	0.74	0.74	0.51	0.51
16	0.93	0.93	0.86	0.86	0.68	0.68

Nota: 1) As variáveis usadas como controle são idade atual e região de residência.

Gráfico 3
Distribuição Acumulada da Idade em que Começou a
Trabalhar Segundo Educação do Pai



3.4 - Contribuição do trabalho Precoce à Transmissão Intergeracional da Pobreza

Nas duas subseções acima (3.2 e 3.3), dois resultados importantes foram encontrados. Por um lado, fica mais uma vez demonstrado que o trabalho precoce é, de fato, uma consequência da pobreza familiar (associada à baixa escolaridade do pai); por outro lado, não foram obtidas evidências de que o trabalho precoce tenha consequência para menores cujos pais são analfabetos. Dessa forma, o ciclo da pobreza não se fecha via o trabalho precoce. Em outras palavras, o trabalho precoce não fica caracterizado como um dos veículos, e portanto, muito menos como o veículo para a transmissão intergeracional da pobreza.

Nessa seção procuramos resumir essa característica não transmissora da pobreza via trabalho precoce. Com esse objetivo simulamos qual teria sido o nível de rendimento dos indivíduos cujos pais são analfabetos, caso o padrão etário com que os indivíduos entram no mercado de trabalho fosse aquele correspondente a indivíduos cujos pais possuem maior escolaridade. Caso o trabalho precoce fosse a causa da pobreza dos indivíduos cujos pais são analfabetos (caso esse em que o trabalho precoce seria um dos veículos da

transmissão intergeracional da pobreza), então, ao atribuímos a esses indivíduos os mesmos padrões etários de entrada no mercado de trabalho daqueles indivíduos cujos pais têm maior escolaridade, grande parte da pobreza dos indivíduos cujos pais são analfabetos deveria ser eliminada.

A parcela da pobreza que é eliminada via essa simulação contrafactual é, portanto, uma medida da contribuição do trabalho precoce à transmissão intergeracional da pobreza. Se o trabalho precoce, de fato, não representa um veículo do processo de transmissão da pobreza, então, essa parcela deve ser insignificante.

Os resultados da Tabela 5 ratificam inteiramente esta última observação. Os resultados indicam que o trabalho precoce explica apenas 10% da diferença de rendimentos entre filhos de analfabetos e filhos de pais que tinham o primário incompleto. Quanto à diferença de rendimentos entre indivíduos cujos pais eram analfabetos e aqueles cujos pais tinham ao menos o primário completo, o trabalho precoce consegue explicar somente cerca de 5%. Em suma, cerca de 90 a 95% da transmissão intergeracional da pobreza não podem ser explicados com base no trabalho precoce.

Tabela 5 - Estimativas Da Contribuição Do Trabalho Precoce à Transmissão Intergeracional da Pobreza Com Base Em Simulações Contrafactuais - Brasil, 1982

Educação do Pai	Porcentagem explicada da diferença entre o Rendimento dos Indivíduos Cujos Pais são Analfabetos e o Rendimento de Indivíduos em Outros Grupos	(%)
Primário Incompleto	9.8	
Primário Completo	5.5	

Fonte: PNAD - 1982.

4. CONCLUSÕES

Dos resultados obtidos nas Seções 3.1 a 3.4, alguns merecem ser sumariados e enfatizados à guisa de conclusão. Em primeiro lugar, constatamos que, de fato, há um elevado grau de transmissão intergeracional da pobreza,

uma vez que estimamos a relação entre o rendimento do trabalho e a escolaridade finalmente atingida pelo indivíduo e o nível educacional de seu pai. A magnitude dessa transmissão é elevada tanto para o rendimento do trabalho quanto para a escolaridade atingida, sem que controles para a educação do pai sejam incluídos. Obtivemos também evidência de que quanto menor o grau de escolaridade do pai, maior é a probabilidade do indivíduo começar a trabalhar precocemente. Isso corrobora a primeira conclusão extraída dessa análise.

Em segundo lugar, quando controles para a educação do pai, além dos anteriormente adotados (região de residência e idade atual) são incluídos, a magnitude da transmissão intergeracional da pobreza ainda se mantém significativa. No entanto, ao limitarmos nossa análise àqueles indivíduos cujos pais não tinham nenhum grau de instrução (analfabetos) e mantermos as mesmas variáveis de controle (educação do pai, região de residência e idade atual), os efeitos do trabalho precoce sobre o nível de rendimentos e grau de escolaridade finalmente atingidos são pouco significativos. E, como bastante frisado anteriormente, o que se torna imprescindível para que o trabalho precoce seja caracterizado como um transmissor intergeracional da pobreza é que ele afete crianças residentes em domicílios pobres. O que pretendemos com isso é simplesmente enfatizar que, dada a ausência de boas oportunidades de estudo e trabalho futuro para crianças residentes em domicílios pobres, seria extremamente enganoso imaginarmos que o trabalho precoce teria sérias conseqüências de longo prazo, o que podemos constatar com esta última conclusão (veja Tabela 3).

E por fim, para salientarmos esta última conclusão de que o trabalho precoce não é o veículo de transmissão intergeracional da pobreza, fizemos simulações para indivíduos cujos pais são analfabetos, de qual seria o rendimento dos indivíduos caso o padrão etário de entrada no mercado de trabalho correspondesse àquele cujos pais possuem maior escolaridade. O resultado corrobora a hipótese de que a parcela da pobreza atribuída ao trabalho precoce é insignificante, denotando que o trabalho precoce não explica quase nada do diferencial de rendimentos auferidos pelos indivíduos cujos pais não tinham nenhum grau de instrução e os pais que tinham primário incompleto e primário completo.

5. BIBLIOGRAFIA

BRANCO, R.C.C. Crescimento acelerado e o mercado de trabalho: a experiência brasileira. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1979.

CALSING, E.F., SCHMIDT, B.V., COSTA, R.A. O menor e a pobreza. Brasília: IPEA. IPLAN/UNICEF/SUDENE, 1986. (Série instrumentos para a ação, 5).

IBGE/UNICEF. Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil: sistema de acompanhamento da situação sócio-econômica de crianças e adolescentes, 1981-1983-1986. Rio de Janeiro, 1988.

_____. Crianças e adolescentes: indicadores sociais. Rio de Janeiro, 1989. v.1.

_____. Crianças e adolescentes: indicadores sociais. Rio de Janeiro, 1990. v.2.

_____. Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil: a situação do menor - 1985. Rio de Janeiro, 1991.

LANGONI, C.G. Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1973.

LEVISON, D., LAM, D. Declining inequality in schooling in Brazil and its effects on inequality in earnings. Yale: Yale University. 1990. (Economic Growth Center, Discussion paper, 618).

MEDEIROS, J. Alcance e limitações da teoria do capital humano: diferenças de ganhos no Brasil em 1973. São Paulo: IPE/USP, 1982. (Ensaio Econômico 17).

REIS, J.G.A., BARROS, R.P. Wage inequality and the distribution of education: a study of the evolution of regional differences in inequality in metropolitan Brazil. Journal of Development Economics, 36. 1991.

SENN, J. Escolaridade, experiência no trabalho e salários no Brasil. Revista Brasileira de Economia, v.30, n.2, p.163-193. 1976.

VIANNA, Solon Magalhães, coord. A criança no Brasil: o que fazer? Brasília: IPEA/IPLAN, 1990. (Série acompanhamento de políticas públicas, 23).

ZYLBERSTAJN, H., PAGOTTO, C.S., PASTORE, J. A mulher e o menor na força de trabalho. São Paulo: Nobel, 1985.

